

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DE AGRICULTORAS FAMILIARES NA AMAZÔNIA LEGAL: RELAÇÃO DE PODER E AVALIAÇÃO RURAL PARTICIPATIVA

Eliane Alves da Silva - elianealvesil@yahoo.com.br
Natalício Pereira Lacerda - natalicio.lacerda@unemat.br
Thatiana de Andrade Figueira - thatiana.figueira@unemat.br
Maria Clarice Alves da Costa - mariaclaricecosta@hotmail.com

* Submissão em: 14/01/2024 | Aceito em: 11/06/2024

RESUMO

No que diz respeito sobre a distribuição de terras na região amazônica, 23% das terras da região pertencem à União, enquanto 49% das terras, o equivalente a 55 milhões de hectares da Amazônia Legal, não tinham propriedade definida. Nesse cenário encontram-se agricultoras que são classificadas como periféricas, as quais seguem as orientações políticas a elas dirigidas, reforçando assim, sua marginalização. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar economia política dos meios de subsistência de agricultoras familiares em duas capitais amazônicas, Porto Velho, no estado de Rondônia, e Boa Vista, no estado de Roraima. Esse objetivo se justifica pelo fato dos resultados aqui apresentados, incentivarem as agricultoras a saírem do estado de dependência econômica e constituírem processos de autonomia e liberdade. Para atingir o objetivo, este estudo utilizou pesquisa de natureza qualitativa-descritiva, utilizando-se como estratégia um estudo de múltiplos casos. Verificou-se que onde há problemas com a legalização de terras, as agricultoras não conseguiram se organizar como cooperativas, alcançando, no máximo, o nível de associação.

Palavras Chaves: assentamentos, meios de subsistência, mulheres, políticas públicas

LIVELIHOODS OF FAMILY FARMERS IN THE LEGAL AMAZON: POWER RELATIONSHIP AND PARTICIPATORY RURAL APPRAISAL

ABSTRACT

About land distribution in the Amazon region, 23% of the region's land belongs to the Union, while 49% of the land, equivalent to 55 million hectares of the Legal Amazon, had no defined ownership. In this scenario there are farmers who are classified as peripheral, who follow the political guidelines directed at them, thus reinforcing their marginalization. Therefore, this article aims to analyze the political economy of the livelihoods of family farmers in two Amazonian capitals, Porto Velho, in the state of Rondônia, and Boa Vista, in the state of Roraima. This objective is justified by the fact that the results presented here encourage women farmers to leave the state of economic dependence and establish processes of autonomy and freedom. To achieve the objective, this study used qualitative-descriptive research, using a multiple case study as a strategy. It was found that where there are problems with land legalization, women farmers have not been able to organize themselves as cooperatives, reaching, at most, the level of association.

Keywords: settlements, livelihoods, women, public policies

1 INTRODUÇÃO

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo, de acordo com o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Possui cerca de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 5,5 milhões constituem a floresta tropical. Vale ressaltar que 68% do território total da Amazônia faz parte do Brasil (Leal, 2019). A população que hoje vive na Amazônia Legal é de aproximadamente 29.396.954 milhões de habitantes (IBGE, 2021a; 2021b). Logo, a região amazônica abriga cerca de 13,50% da população brasileira.

No que diz respeito sobre a distribuição de terras na região amazônica, Ribeiro (2021), cita um estudo de 2016, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com a Comissão da Pastoral da Terra, que mostrou que 23% das terras da região pertenciam à União, sendo que 49% das terras, o equivalente a 55 milhões de hectares da Amazônia Legal, não tinham propriedade definida.

Em meio a esse contexto, vale ressaltar que as agricultoras, só tiveram direito à posse da propriedade da terra a partir da Constituição Federal de 1988. Nas legislações anteriores, a propriedade rural era atribuída à família como direito de herança e à comunidade na forma de concessão de uso, nos casos de assentamentos rurais, de terras indígenas e quilombolas. Em áreas de reforma agrária, levou um pouco mais de tempo, somente com a portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nº 981/2003, que se tornou obrigatória a titulação conjunta para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável (ESMERALDO, 2021).

Conforme Esmeraldo (2021), a luta da mulher em programas de reforma agrária, de titulação de terra e de colonização tem trazido lentas mudanças nas estatísticas de propriedade da terra entre homens e mulheres. Para explicar essa busca pela emancipação feminina no meio rural este artigo traz a abordagem de *livelihoods*, meios de subsistência em português. Para chegar a esta definição, Chambers e Conway focaram em sua preocupação com o crescimento populacional e suas consequências em países de baixo rendimento. Portanto, passaram a procurar uma resposta que permitisse a um maior número de pessoas que vivem em áreas rurais ter “meios de subsistência decentes de uma forma que possa ser sustentada” (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 2).

Ian Scoones (2015), apresenta uma abordagem sobre os meios de subsistência que utiliza a economia política, que pode ser complementada pela análise de ligações micro-macro

ou macro-micro propostas por Göktuğ Morçöl (2023). Juntando essas duas análises, é possível estudar os meios de subsistência de mulheres agricultoras na Amazônia.

Com a atuação e compreensão sobre seus espaços coletivos de luta, as mulheres da Amazônia Legal podem confrontar o Estado para exigirem sua posição frente ao estabelecimento de direitos sociais e universais. Nesse contexto surge a seguinte questão: Como as mulheres na região amazônica podem se organizar para se manter em seus territórios e garantir os meios sobrevivência de suas famílias? Portanto, este artigo tem como objetivo analisar economia política dos meios de subsistência de agricultoras familiares em duas capitais amazônicas, Porto Velho, no estado de Rondônia, e Boa Vista, no estado de Roraima.

Esse objetivo se justifica pelo fato dos resultados aqui apresentados, incentivarem as agricultoras a saírem do estado de dependência econômica e constituírem processos de autonomia e liberdade. A partir do entendimento dessa dinâmica, podem emergir novas chances de se fazer cumprir a participação das mulheres na agricultura familiar. Como contribuição acadêmica, este ensaio propõe uma articulação de abordagens teóricas que tratam dos meios de subsistência, economia política e redes.

Para atingir seu objetivo, este artigo se propõe a fazer uma discussão dividida em 5 sessões, a introdução, o referencial teórico, a metodologia, os resultados e a conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Meios de subsistência, relação de poder e avaliação rural participativa

O termo *livelihoods*, meios de subsistência em português, não diz respeito apenas a maneiras de como as pessoas fazem para sobreviver, também considera os recursos que lhes proporcionam a capacidade de construir uma vida satisfatória. Nessa abordagem os recursos são referidos como “ativos” ou “capitais” e são frequentemente categorizados entre cinco ou mais tipos distintos como: capital humano, que compreende habilidades, educação e saúde; capital físico, relacionado a bens de investimento; capital financeiro, representado por dinheiro, poupança a acesso a empréstimos; capital natural, representado pela terra, água, árvores, pastagens e demais recursos naturais; e capital social, caracterizado por redes e associações (ELLIS; FREEMAN, 2005).

Para Ellis e Freeman (2005), estas categorias de ativos podem ser relacionadas às políticas públicas, como por exemplo, o capital humano está ligado às políticas sociais como educação e saúde, enquanto o capital natural está ligado às políticas agrícolas e ambientais. Os

meios de subsistência consideram a situação patrimonial dos indivíduos ou famílias pobres como fundamental para uma compreensão das opções que lhes são abertas. Um dos seus princípios básicos, portanto, é que a política contra a pobreza deve preocupar-se em aumentar a situação patrimonial dos pobres, ou em permitir que os ativos existentes que estão ociosos ou subempregados sejam utilizados de forma produtiva. A abordagem olha positivamente para o que é possível, em vez de olhar negativamente para o quão desesperadoras as coisas são.

Os meios de subsistência fornecem uma visão integrada de como as pessoas ganham a vida dentro de contextos sociais, institucionais, políticos, econômicos e ambientais. Possui pontos fortes pelo reconhecimento ou descoberta dos seguintes fatores: a prevalência de bloqueios institucionalizados à melhoria dos meios de subsistência; o carácter social e econômico das estratégias de subsistência; os principais fatores implicados no aumento ou diminuição da vulnerabilidade; e as ligações micro-macro, ou macro-micro, que ligam os meios de subsistência às políticas (ELLIS; FREEMAN, 2005).

Para entender as ligações micro-macro ou macro-micro, Göktuğ Morçöl (2023), apresenta três questões centrais. A primeira está relacionada à micropropriedades, que são as características dos atores individuais. A segunda questão considera os processos micro-macro, que englobam as ações dos atores individuais que geram macroprocessos e estruturas. Por fim, a terceira questão, compreende os processos macro-micro, que são processos afetam as crenças, motivações e ações dos atores individuais. Os processos micro-macro e macro-micro não são dois estágios separados, eles não seguem caminhos claros e lineares. Eles ocorrem simultaneamente e em diversas combinações na sociedade.

Para ajudar na compreensão dos processos micro-macro e macro-micro, Ian Scoones (2015) inclui a geografia política marxista, a ecologia política e a investigação de sistemas agrícolas, como influenciando a conceptualização de meios de subsistência sustentáveis. Estas encorajaram o reconhecimento da dinâmica de poder e a necessidade de uma abordagem integrada que engloba as dimensões sociais e ecológicas, respondendo às mudanças ambientais (NUNAN, 2023).

Scoones (2015), acredita que reflexão e a conceptualização dos meios de subsistência começaram como um esforço rural, informado pela literatura sobre relações de poder agrário, investigação de sistemas agrícolas e avaliação rural participativa. O autor, considera que essas influências são padrões históricos de longo prazo de relações de poder, estruturalmente definidas, entre grupos sociais, de processos de controle econômico e político por parte do

Estado e de outros atores poderosos, e de padrões diferenciais de produção, acumulação, investimento e reprodução em toda a sociedade.

Assim, Scoones (2015), apresenta uma abordagem ampliada sobre os meios de subsistência que permite a investigação da economia política dos meios de subsistência. Sua abordagem inclui quatro perguntas principais e duas perguntas complementares, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1. Questões para estender as análises sobre meios de subsistência

Questões	Elaboração
1. Quem é dono do que (ou quem tem acesso a que)?	Análise de direitos de propriedade e propriedade de bens e recursos de subsistência.
2. Quem faz o que?	Reconhecendo as divisões sociais do trabalho, as relações de emprego e as divisões nas atividades moldadas pelas normas e relações de gênero.
3. Quem ganha o que?	Análise de quem beneficia de rendimentos e bens e acumulação destes ao longo do tempo, influenciada pela diferenciação social e econômica.
4. O que eles fazem com isso?	Análise de estratégias e resultados de meios de subsistência.
5. Como interagem as classes sociais e os grupos na sociedade e no Estado?	Análise das relações sociais, instituições e formas de dominação na sociedade que afetam os meios de subsistência.
6. Como as mudanças na política são moldadas por ecologias dinâmicas e vice-versa?	Como o poder e a dinâmica ambiental afetam e são afetados pelos meios de subsistência, através de acesso a recursos e direitos.

Fonte: Scoones, 2015, p.82-83.

Ao responder as questões propostas por Scoones (2015), entende-se que a análise da economia política dos meios de subsistência pode incluir a análise de classe e o exame das relações entre o Estado, os mercados e os cidadãos, com base em estudos agrários críticos. Contudo, ele não defende que estas questões sejam sempre apropriadas para uma análise ampliada dos meios de subsistência, mas incentiva o desenvolvimento e a aplicação de questões igualmente críticas relevantes para a economia política do contexto e da situação em estudo.

Neste artigo, considera-se as respostas às perguntas “Quem é dono do que?”, “Quem faz o que?”, “Quem ganha o que?” e “O que eles fazem com isso?” como processos micro-macro, que influenciam as políticas públicas. Por sua vez, as políticas públicas retornam com processos macro-micro, que são ações em atendimento às necessidades da população. Essas ações seriam as respostas das questões “Como interagem as classes sociais e os grupos na sociedade e no Estado?” e “Como as mudanças na política são moldadas por ecologias dinâmicas e vice-

versa?”. Assim, pretende-se aprofundar as análises propostas por Scoones (2015) e Morçöl (2023), aplicadas os meios de subsistência de mulheres agricultoras na Amazônia.

2.2 Agricultoras e seus meios de subsistência na Amazônia

Na Amazônia Legal, também se verificou a emancipação feminina em programas de reforma agrária, em busca de titulação de terra e de colonização. Com a atuação em espaços coletivos, as mulheres confrontam o Estado e exigem sua posição frente ao estabelecimento de direitos sociais e universais (ESMERALDO, 2021).

Inicialmente, a agricultora familiar encontra seu espaço no sentido de servir, auxiliar no sustento, muitas vezes deixando o protagonismo de sua produção, devido a sua submissão a um patriarcado, em que lhe impõem papéis sociais para atuação limitada ao espaço familiar, doméstico e reprodutivo. As atividades, tarefas e responsabilidades vinculadas às mulheres e ao feminino vão construindo uma maneira de viver o espaço (BARBOSA, 2021). Conforme Siliprandi (2009), essas tarefas vão criando percepções e formas próprias de usar e ocupar os espaços, sejam eles espaços mais familiares como os quintais das casas ou espaços comunitários.

Segundo Brumer (2004), essas mulheres recebem pouca e em alguns casos nenhuma remuneração pelas atividades executadas, sem participar das atividades produtivas agrícolas relacionadas à esfera pública. Porém, conforme Little (2002), o esforço coletivo que um grupo de mulheres emprega, serve para usar, ocupar, controlar e se identificar com uma parte específica do seu ambiente biofísico. Nisso se observa um conjunto de relações que transformam espaços em um território.

Essa organização das agricultoras pode levar a criação de mercados institucionais para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou na consolidação de políticas públicas específicas voltadas para emancipação feminina na agricultura familiar. Essas mulheres atuam por múltiplas formas de ação voltadas para garantir, a sua existência, a terra, a água, a produção, o trabalho, o alimento, a moradia, a escolarização, a participação política, entre outros requisitos básicos para garantir vida digna para si e suas famílias.

Malagodi (2017), embora não tenha o foco de discutir sobre o protagonismo feminino na agricultura, traz uma reflexão sobre os termos de apropriação. Para o autor, durante as décadas de 50 e 60, a questão central da reforma agrária não era abrir um caminho de acesso à terra aos camponeses, mas quebrar o monopólio da terra por parte de um número restrito de

latifundiários, cujo controle e pressão sobre a população rural limitava o crescimento da produção agrícola e impedia a expansão do mercado interno. O autor ressalta, que o que ocorre de fato, é a tentativa de manter uma situação que assegure o direito ilimitado de propriedade privada da terra, inclusive o seu uso especulativo do solo rural, em prejuízo do reconhecimento de sua função social e da adoção de políticas públicas efetivas na perspectiva da reforma agrária.

Carneiro (1997), ressalta que enquadrar as agricultoras como periféricas, admitindo às orientações políticas a elas dirigidas, é uma maneira de reforçar sua marginalização, não lhes dando a oportunidade de participar do desenvolvimento rural, aumentando as diferenças entre as camadas sociais no campo. Por isso é importante assegurar as agricultoras sua participação em processos micro-macro que são iniciativas para adaptar a política pública a sua realidade. Assim, a política pública pode devolver implementações por meio de ações, que caracterizam os processos macro-micro.

O próximo tópico explica como foram os procedimentos metodológicos para aplicar as análises propostas por Scoones (2015) e Morçöl (2023), sobre os meios de subsistência de agricultoras em duas capitais amazônicas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa-descritiva (Sampieri, Callado e Lucio, 2013; Kumar, Leone, Aaker & Day, 2018), utilizando-se como estratégia um estudo de múltiplos casos (Yin, 2018). Vale ressaltar que as entrevistas foram semiestruturadas (Bishop, 2005) e ocorreu observação não participante (Stake, 2011; Kumar, Leone, Aaker & Day, 2018), documentada por meio de notas de campo (Lofland, 1974; Lofland; Lofland, 1995; Weber, 2009).

Os municípios escolhidos foram o de Porto Velho, no estado de Rondônia, e Boa Vista, no estado de Roraima. O fato de possuírem um histórico de projetos de assentamentos envolvendo mulheres na liderança de associações e cooperativas, e por serem capitais amazônicas, foram fundamentais para sua seleção.

A coleta de dados ocorreu no município de Porto Velho em fevereiro de 2020 na Associação de Ação Popular Integrada de Hortifrutigranjeiros da União (AAPIGHU), enquanto em Boa Vista foi em dezembro de 2021 na Cooperativa Agropecuária Nova Amazonia (COOPANA). Ao todo foram entrevistadas 7 mulheres, o Quadro 2 apresenta a caracterização das entrevistadas.

Quadro 2- Caracterização das entrevistadas

Instituição	Código do entrevistado	Características dos entrevistados
Município de Porto Velho-RO		
AAPIGHU - Associação de Ação Popular Integrada de Hortifrutigranjeiros da União	ESCH01RO	1. Presidente da Associação
	ESCH02RO	2. Tesoureira da Associação
	ESCH03RO	3. Associada
	ESCH04RO	4. Associada
Município de Boa Vista-RR		
COOPANA - Cooperativa Agropecuária Nova Amazonia	ECOOPA01RR	5. Gerente administrativa
	ECOOPA02RR	6. Cooperada
	ECOOPA04RR	7. Cooperada

Fonte: Dados da pesquisa

Após transcrições das entrevistas, foi feita uma análise de conteúdo voltada para a análise temática (Bardin, 2011). Em um segundo momento, ocorreu a formulação das proposições e dos objetivos com o intuito de propor um quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos são utilizados (Bardin, 2011). Na exploração do material, ocorreu o processo de codificação, em função de regras previamente formuladas como base na revisão da literatura abordada. Ao final, durante o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, foram selecionados resultados significativos para propor inferências e adiantar interpretações a propósito do objetivo previsto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Município de Porto Velho-RO

A primeira cidade amazônica a ser analisada foi Porto Velho, capital do estado de Rondônia. Com população estimada em 494.013 habitantes, é o município mais populoso do estado, e o quarto mais populoso da Região Norte. É a única capital de estado que faz fronteira com outro país, a Bolívia (SILVA; PEDROZO; SILVA, 2022).

Na capital de Rondônia existe uma área ocupada por aproximadamente 600 famílias de agricultores familiares que é fruto de disputa desde 1997. Em meio a conflitos, agricultores buscam consolidar um cinturão verde para que possam permanecer na área. Por isso, a criação da Associação de Ação Popular Integrada de Hortifrutigranjeiros da União (AAPIGHU). A associação conta com aproximadamente 200 associados, dos quais 42 possuem CAF (Cadastro de Agricultor Familiar) e estão inscritos em políticas públicas como Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) e Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE) (SILVA; PEDROZO; SILVA, 2023).

Na AAPIGHU foram entrevistadas a presidente da associação a tesoureira e duas associadas, que falaram sobre a dificuldade de se garantir a posse de terra, e conseqüentemente de participar de alguma política pública. Ao analisar uma resposta para a questão “Quem é dono do que?”, encontrou-se os seguintes relatos:

Aqui no setor chacareiro, quando eu cheguei para cá eu fui assentada nessa pequena área aqui por uma presidente de Associação [...] Na época eu não entendia que era ser assentada assim na terra que não era do INCRA. Dizem que essa era do [...], mas ele não pagou uma determinada taxa no INCRA e teve terra aqui que ele não tinha documento [...] a outra parte dele que é 800 hectares, 400 e pouco é hipotecada no banco. Uma terra já saiu o título. Já saiu a última martelada do juiz, o agricultor ganhou. Agora é essa que é o lote 2 essas aqui onde eu moro, a 1 diz que ainda tá em Brasília, tá pra se resolver (entrevistada ESCH03RO).

Se tem alguma reunião da que se deve participar, é a reunião do Plano Diretor com a prefeitura. O Plano Diretor ele é uma das instrumento que toda cidade precisa para planejar e melhorar a vida das pessoas, além da constituição da lei para que os municípios respeitem os planos diretores, né. Porque ele vai definir as estratégias principais do que tem que ser feito dentro de uma cidade. O Plano Diretor antigo ele era muito ruim, nele tinha poucas coisas sobre alguns lugares da cidade. Aqui não é considerado uma área especial, aqui é uma condição urbana normal, né. Os distritos praticamente não existiam, agora nesse processo se está fazendo essa revisão (entrevistada ESCH01RO).

O primeiro relato mostra a origem da terra em disputa, que a princípio era de um fazendeiro, que não pagou seus impostos e acabou perdendo direito a terra. Por estar abandonada a terra foi invadida em 1997. Até o presente momento os moradores tentam regularizar as terras para adquirirem seu CAF e conseguirem participar de algumas políticas públicas. Embora parte dos agricultores tenha conseguido a legalização de suas áreas. A classificação como área rural tem sido ameaçada pelo Plano Diretor da cidade, que considera a região como “chácaras de lazer”.

Foi observado que os moradores têm dificuldade manter suas terras e de escolher seus meios de subsistência. Assim, os homens tentam buscar empregos na cidade deixando as mulheres assumirem a administração da chácara. A partir do momento que o marido passa a receber mais do que o rendimento da propriedade, essas mulheres perdem seu CAF, e conseqüentemente, não conseguem participar de nenhuma política pública.

O relato da entrevistada ESCH04, moradora do Setor Chacareiro é sobre o cancelamento de sua Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP, hoje substituída pelo CAF), pois no ano de

2020, com o aumento salarial de seu esposo, ela não pôde atender o principal requisito para receber a declaração:

Fiz a DAP, fiz o CAR (Cadastro Ambiental Rural), mas eu nunca entrei no programa nunca vendi nada então eu precisei da DAP e agora para ir comprar milho porque eu já comprei. Com DAP eu só comprava o milho lá na CONAB (companhia Nacional de Abastecimento), mas daí, depois que eu fui para renovar, veio a EMATER e disseram que não dava pela minha cota (entrevistada ESCH04).

Essa pressão pela qual as associadas passam, restringindo sua subsistência, dificulta uma resposta para “Quem é dono do que?”. Nesse exemplo, se vê assentadas que não conseguem administrar seus meios de subsistência em meio à especulação imobiliária. Os fragmentos a seguir, ajudam a responder à questão “Quem faz o que?”, relacionados a luta pelo território e por meios de subsistência.

A gente conhece nossa luta! Mas quantas Chácara que tem aí? Gente que não aparece na reunião, que tem cadastro delas aqui, mas não aparece na reunião. Aí quando é uma coisa grave, que acontece aí, corre tudo em cima de quem? Da [entrevistada ESH01], que é a presidente, “Por que não avisou?”. “Porque isso, porque aquilo”, mas ela não tem culpa. A gente bota no grupo, a gente chama, e não aparece na reunião para cadastro. [...] O que são cadastrados vão entregar sua mercadoria de carro pela SEMAGRIC (Secretaria Municipal de Agricultura). Ela trouxe o carro para a gente levar as mercadorias. E as pessoas aí, quando vê as outras recebem, reclamam. Mas não é culpa da gente, faz dia que não olha no grupo (Entrevistada eSCH02RO).

Para dar mais explicação sobre esse Plano Diretor para nós ficarmos mais unidos, trabalhar mais, né. Vir junto ouvindo onde será a reunião para modificar o Plano Diretor. Porque nós somos mais, é daqui que sai o alimento para Cidade. Vocês trabalham 20 anos sofrendo para produzirem mais para entregar mais (entrevistada ESCH01RO).

Em meio a essa busca de legalização de terra e por reconhecimento dos meios de subsistência, as mulheres da AAPIGHU participam de reuniões sobre o Plano Diretor para buscar apoio político e da sociedade de Porto Velho. Ao analisar “Quem ganha o que?”, neste caso, observou-se que em troca de benefícios como o cascalhamento das estradas da comunidade, fornecimento de trator da Secretaria Municipal de Agricultura para uso nas plantações, além do apoio sobre questionamentos ao Plano Diretor, as associadas fornecem apoio à vereadores e secretários.

Mas, o que elas fazem com o apoio obtido? Elas conseguem insumos e transporte para escoar sua produção, mas não têm a garantia de permanecerem em suas propriedades. A questão sobre a legalização das terras depende do poder federal. A única maneira de reduzir a especulação imobiliária que circunda o Setor Chacareiro, seria a criação de um “cinturão verde” que reconheça a região como setor produtivo de alimentos. E isso não aconteceu. É comum

encontrar imobiliárias que se aproveitam da fragilidade dos agricultores para comprar seus lotes por um valor abaixo do mercado.

As agricultoras, maioria dos associados da AAPIGHU, estabelecem ações micro-macro, por meio de uma maior participação em políticas públicas, discussões na câmara de vereadores, petições ao governo federal para legalização de suas propriedades. Porém recebe de volta ações macro-micro de representantes do governo municipal, que tem interesse de incentivar a agricultura periurbana. Em relação as suas propriedades, em alguns casos, as ações macro-micro entram em confronto com os interesses das assentadas, pois há grupos, dentro do governo municipal, interessados na desapropriação da área.

Existe um movimento político constante, ações micro-macro e macro-micro, sobre a permanência das agricultoras em suas terras, assim como sua produção de alimentos está sujeita às decisões políticas do município. Pois, muitas agricultoras não conseguem participar de políticas públicas federais como o PNAE ou o PAA.

Mas esses não são problemas apenas do município de Porto Velho, isso acontece em outras capitais amazônicas, como é o caso de Boa Vista no estado de Roraima a ser apresentado a seguir.

4.2 Município de Boa Vista-RR

O município de Boa Vista pertenceu ao estado do Amazonas até 1944, tornando-se a capital do recém-criado Território Federal do Rio Branco. Em 1962, esse território passou a se chamar Território Federal de Roraima, elevando Boa Vista à categoria de capital de Estado. Sua população estimada, em 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 436.591 habitantes. Com isso, o município é considerado o mais populoso do estado e o sexagésimo quarto mais populoso do Brasil, apresentando uma densidade populacional de 70,2 hab/km². Vale ressaltar, que Boa Vista possui 5.687,037 km² e concentra 63,11% da população de Roraima (IBGE, 2021b).

No que diz respeito a assentamentos da reforma agrária, o Projeto de Assentamento (PA) Nova Amazônia, teve sua origem de uma fazenda do Grupo Bamerindus que foi retomada pela União devido a dívidas. Em abril de 2003, famílias acamparam na margem esquerda da BR 174, com o objetivo de adquirir terras na área. No mês de novembro iniciou-se a distribuição de lotes distribuídos em 5 Polos (Carvalho, 2018).

Inicialmente, foram assentadas as famílias acampadas nos Polos II e III. A partir do mês de janeiro de 2004, foram efetivados os assentamentos do restante das famílias acampadas, dos trabalhadores oriundos da antiga Fazenda Bamerindus que ainda residiam na sede, de hortigranjeiros oriundos do Bairro Operário, em Boa Vista, e de trabalhadores rurais do entorno da Fazenda Bamerindus e do Monte Cristo, no total de 262 famílias. Elas receberam lotes nas áreas definidas como Polos I, II, III e IV. No ano de 2005, instalou-se o Polo V, composto por famílias vindas do Rio Grande do Sul, que foram pioneiras no cultivo de grãos (soja e arroz) e da fruticultura. Em 2015, os agricultores retirados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, foram direcionados para o local (Carvalho, 2018).

A cooperativa visitada foi a COOPANA, que surgiu da Associação de Agricultores Familiares do Polo I do Projeto assentamento Nova Amazônia Elifas Levi Veloso Filho em conjunto com um projeto da Universidade Federal de Roraima, no ano de 2015. Assim como a análise anterior, ao analisar as falas de acordo com a questão “Quem é dono do que?”, chegou-se aos seguintes fragmentos de entrevista:

Primeiro quando a gente chegou aqui era lavradão queimado, né? E aí a gente começou a trabalhar né? Tinha que ter uma renda fora porque aqui não tinha renda. Aí a gente trazia pra se alimentar aqui pra poder trabalhar. E assim nós continuamos. Aí quando surgiu a oportunidade para que a gente montasse uma associação. Aí a minha filha pegou essa associação. Essa associação não tinha nada. Associação só tinha os papel e aí quando foi feita a eleição. Aí ela começou trabalhando, aí começou fazendo eventozinho pra poder manter a associação (entrevistada ECOOPA02RR).

Na verdade, eu vim pra trabalhar como funcionária da prefeitura, né? Como técnica de enfermagem. Eu tinha recém terminado o meu curso de técnico de enfermagem e vim pra trabalhar aqui. Tinham uns ônibus móveis que atendiam dentro do assentamento, né? Aí eu vim, eu tinha ganhado um terreno aqui, mas não morava. Na verdade, minha intenção era vender o terreno, né. Só que aí eu vim, gostei e comecei a participar da associação, do nosso polo. Através do ônibus eu conheci muito morador aqui dentro, né. Fui fazendo amizade, fui vendo a dificuldade que eles tinham em tudo. Na verdade, de agricultura eu não entendia nada, né. Aí eu comecei a interagir com os moradores, vi a necessidade, aí já vim pra morar mesmo aqui dentro com meu esposo, com meus três filhos e aí a gente viemos e aí foi bem no período que a associação precisava mudar de diretoria, né? (entrevistada ECOOPA01RR).

Ao analisar esses fragmentos, percebeu-se que a questão da propriedade da terra está garantida. Pois, todos que mudaram para o assentamento possuíam suas áreas delimitadas. O que faltava para alguns era o conhecimento agrícola, que era necessário para fixá-los no assentamento. Quem não utilizasse as terras não teria motivo para ficar e conseqüentemente as venderia, conforme retratado pela entrevistada ECOOPA01RR. A partir do momento que a entrevistada ECOOPA01RR decidiu ficar, ela começou a desenvolver ações em prol da

comunidade, respondendo, assim o questionamento “Quem Faz o que?”. O diálogo a seguir mostra como foram as primeiras ações das assentadas.

A gente começou isso aqui não tinha nada que tudo foi eu e a [entrevistada ECOOPA01RR] que fizemos. Até o carro, era o meu carro porque não tinha. A prefeitura não deu carro, eles nunca deram o carro. Nunca deram nada pra nós. O meu carro foi pra servir o quartel. Pra servir os órgão que a gente ia atrás, pra tudo era no meu carro (entrevistada ECOOPA02RR).

A partir das primeiras ações das assentadas (ações micro-macro), ocorreram ações macro-micro por parte dos governos estadual e municipal, conforme observado a seguir.

Na verdade, não tinha Secretário de Agricultura no município. Ainda não tinha, tinha só a Secretaria de Assuntos Indígena. É, aí a gente conseguiu, eu consegui o calcário com a SEAPA (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Da prefeitura a gente conseguiu assistência técnica, conseguimos as máquina e tudo. Conseguimos fazer o plantio de dez hectares de feijão. A gente foi plantar semente, vendemos na época foi a nove reais o quilo da semente. Um projeto que a gente tinha através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) entregamos a nove reais aí eu usamos área de um agricultor e entregamos todinho de feijão aí arrecadamos o dinheiro pra nós começar nossa sede aí a gente começou ali nosso primeiro prédio (entrevistada ECOOPA01RR).

O fragmento anterior responde duas questões, “Quem faz o que?” e “Quem ganha o que?”. Se observou as ações das agricultoras e as respostas dos governos locais, além de mostrar o que elas conseguiram com o seu trabalho. Com essas interações, elas conseguiram organizar uma cooperativa, respondendo à questão “O que eles fazem com isso?”. Isso é observado no relato a seguir.

Aí surgiu por meio de outras pessoas, né. De Boa Vista, a gente conseguiu fazer a cooperativa. O [secretário da Secretário Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas] foi uma pedra fundamental na cooperativa. Ajudou muito, era secretário da prefeita, depois a prefeita tirou ele, e aí a gente se sentiu mal, porque foi quem ajudou nós subir aqui. Ensinou nós trabalhar, na verdade nós trabalhava porque ele ensinou (entrevistada ECOOPA02RR).

No P. A. Nova Amazônia, o fato da terra ser legalizada, ajudou as agricultoras, porém não foi fácil para elas garantir seus meios de subsistência. A princípio não recebiam nenhuma ajuda e não conseguiam expandir sua produção. Somente com o auxílio do governo municipal é que conseguiram se fixar no assentamento.

Vale ressaltar que o município de boa Vista criou em 2018, o Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio (PMDA). O PMDA é gerenciado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI), e fornece insumos com o calcário, fósforo, NPK, ureia, cloreto e sementes para o plantio de cultura de inverno, grãos, e de verão e culturas irrigadas (BOA VISTA, 2022). Portanto isso, é uma vantagem para as agricultoras que

conseguiram criar uma cooperativa, como foi o caso da COOPANA. Por meio da cooperativa elas conseguem ter acesso a esse programa municipal.

Nota-se que apesar dos municípios amazônicos abordados possuírem algumas similaridades na organização dos meios de subsistência, as ações macro-micro possuem impactos diferentes. Na próxima sessão, por meio de um quadro comparativo essa comparação de realidades fica mais evidente.

4.3 Comparação entre a economia política dos meios de subsistência de Porto Velho-RO e Boa Vista-RR

Após conhecer os meios de subsistência de agricultoras familiares nas capitais amazônicas de Porto Velho e Boa Vista, foi proposto para futuras discussões um quadro comparativo conforme o Quadro 3.

Quadro 3- Caracterização das entrevistadas

Município de Porto Velho-RO		
Questões	Ações micro-macro	Ações macro-micro
1. Quem é dono do que (ou quem tem acesso a que)?	Parte das agricultoras associadas à AAPIGHU possuem terras registradas, enquanto outra parte não tem o título da propriedade. Invasão de terras iniciada em 1997.	Legalização de parte das terras invadidas pelo governo federal e Plano Diretor do município, que determinam o acesso às propriedades rurais.
2. Quem faz o que?	As agricultoras produzem e vendem os produtos agrícolas de sua propriedade e participam de reuniões sobre o Plano Diretor para buscar apoio político e da sociedade.	Cascalhamento das estradas da comunidade, fornecimento de trator da Secretaria Municipal de Agricultura para uso nas plantações.
3. Quem ganha o que?	As associadas fornecem apoio à vereadores e secretários	Apoio sobre questionamentos ao Plano Diretor.
4. O que eles fazem com isso?	Conseguem insumos e transporte para escoar sua produção, mas não têm a garantia de permanecerem em suas propriedades.	Mantém a comunidade sobre controle por meio de ações mitigantes.
5. Como interagem as classes sociais e os grupos na sociedade e no Estado?	As agricultoras lutam pelo reconhecimento de suas chácaras como propriedades rurais.	Alguns grupos políticos apoiam a causa das agricultoras, enquanto outros não. Aumento da especulação imobiliária com objetivo de retirar moradores com terras não legalizadas.
6. Como as mudanças na política são moldadas por ecologias dinâmicas e vice-versa?	Protestos e reivindicações das agricultoras.	Ações para melhorar a estrutura do setor chacareiro e políticas públicas para adquirir produtos da agricultura familiar, incentivo a feiras de agricultura periurbana.
Município de Boa Vista-RR		
Questões	Ações micro-macro	Ações macro-micro

1. Quem é dono do que (ou quem tem acesso a que)?	Agricultores assentados no P. A. Nova Amazônia. Acampamento na margem da BR174 em 2003.	Fazenda do Grupo Bamerindus que foi retomada pela União.
2. Quem faz o que?	As agricultoras produzem e comercializam seus produtos por meio de políticas públicas.	Fornecimento de calcário pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assistência técnica e equipamentos fornecidos pela prefeitura.
3. Quem ganha o que?	Terras legalizadas para trabalhar com políticas públicas.	Base de apoio político.
4. O que eles fazem com isso?	Criação de uma cooperativa, COOPANA.	Criação do Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio (PMDA) em 2018.
5. Como interagem as classes sociais e os grupos na sociedade e no Estado?	As agricultoras elaboram projetos para participar de políticas públicas como o PMDA, PNAE, PAA entre outros.	Envio de técnicos Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI) para auxiliar as agricultoras.
6. Como as mudanças na política são moldadas por ecologias dinâmicas e vice-versa?	Reuniões participativas e colaborativas com o município e o estado.	Ações para melhorar a estrutura do P. A. Nova Amazônia, compra de produtos da agricultura familiar, ajuda no escoamento da produção.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Scoones (2015) e Morçöl (2023)

Ao analisar o Quadro 3 percebe-se que embora as duas áreas, o Setor Chacareiro em Porto Velho, e o P. A. Nova Amazônia em Boa Vista, tenham sido fruto de desapropriação da União, somente o P. A. Nova Amazônia foi totalmente legalizado. E isso, em parte, facilita o trabalho das agricultoras, que conseguem produzir e atender com seus produtos políticas públicas como o PNAE e o PAA. Isso já não acontece no Setor Chacareiro, pois algumas agricultoras não estão conseguindo o CAF, e acabam vendendo seus produtos para atravessadores.

Outro ponto importante, é que as agricultoras do Setor Chacareiro, tem uma postura de luta constante pelos seus direitos em relação ao poder público (município, estado e federação). Elas conseguem atingir alguns objetivos por meio de protestos e reivindicações. Enquanto as agricultoras do P. A. Nova Amazônia têm maior participação na elaboração de políticas públicas em parceria com as secretarias tanto do poder municipal quanto do estadual.

Por não haver uma legalização total do Setor Chacareiro, este fica vulnerável a especulação imobiliária, que influencia a construção de um Plano Diretor que exclui e oprime as propriedades de agricultura familiar e periurbana. Isso já não acontece no P.A Nova Amazônia, onde o processo de assentamento foi consolidado.

Isso fica ainda mais exposto, pois em Porto Velho, onde há problemas com a legalização de terras, não se conseguiu avançar sobre o nível de associação. Enquanto em Boa Vista, o grupo pesquisado, conseguiu se organizar e montar uma cooperativa. Portanto, é toda uma cadeia de fatos e acontecimentos que influenciam os meios de subsistência de mulheres na Amazônia legal.

5. CONCLUSÃO

Após analisar economia política dos meios de subsistência de agricultoras familiares em duas capitais amazônicas, Porto Velho, no estado de Rondônia, e Boa Vista, no estado de Roraima. Foi identificado a importância da legalização de terras para que estas agricultoras tenham acesso a políticas públicas. Onde isso não foi feito de maneira efetiva, as mulheres passam mais tempo lutando para adquirir direitos do que se organizando para melhorar seus meios de subsistência. No caso do P. A. Nova Amazônia, onde o processo de assentamento foi mais assertivo, as mulheres conseguiram se organizar em cooperativas e atendem a um número maior de políticas públicas.

Como contribuição prática este artigo incentiva a articulação de agricultoras para lutarem para legalizar suas terras, saindo do estado de dependência econômica de atravessadores para constituírem processos de autonomia e liberdade. Como contribuição acadêmica, este ensaio trabalhou uma articulação de abordagens teóricas que tratam dos meios de subsistência, economia política e redes.

A limitação deste estudo foi pesquisar apenas 1 área em cada município abordado. Pois, nas capitais de Porto Velho e Rio Branco existem outras comunidades que poderiam ter sido contempladas pelo estudo.

Para sugestão de estudos futuros fica o uso das abordagens teóricas utilizadas neste artigo em outros contextos sociais, e aplicação desta pesquisa em outras capitais amazônicas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Y. R. S. Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina. In. MOTA, D. M.; SILIPRANDI, E. PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília-DF: Embrapa, 2021. 391 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70: São Paulo, Brazil, 2011.

BISHOP, R. Freeing ourselves from neocolonial domination in research a Kaupapa Maori approach to Creating Knowledge. In. Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. 3rd. ed. London: Sage Publications, 2005

BOA VISTA. **Observatório de Boa Vista**: conheça o agronegócio de Boa Vista. Disponível em: <https://observatorio.prefeitura.boavista.br/paginas/agronegocio-3c70ae60-cb3d-4a6b-a7f0-551b888039f3>, 2022.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revistas de Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro-RJ, n. 8, p. 70-82, 1997.

Carvalho, L. J. M. (2018) *Histórico do assentamento PA Nova Amazônia*: a conquista da terra em Boa Vista – RR. Dissertação, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR: Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira, 149.

CARVALHO, L. J. M. **Histórico do assentamento PA Nova Amazônia: a conquista da terra em Boa Vista** – RR. Dissertação, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR: Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira, 149, 2018.

Chambers, R.; Conway, G. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**, IDS Discussion Paper 296, Brighton: Institute of Development Studies, 1992.

ELLIS, F.; FREEMAN, H. A. **Rural Livelihoods and Poverty Reduction Policies**. Routledge: New York, 2005

ESMERALDO, G. G. S. L. Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência. In. MOTA, D. M.; SILIPRANDI, E. PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar**: biodiversidade, cultura e relações de gênero. Brasília-DF: Embrapa, 2021. 391 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2021a) **Lista de municípios da Amazônia legal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=downloads>, 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2021b) **Estimativas de população enviadas ao TCU**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>, 2021b

KUMAR, V.; LEONE, R. P.; AAKER, D. A; DAY, G. S. **Marketing research**. 3rd. ed. Danvers: John Wiley & Sons, Inc., 2018.

LEAL, J. L. S. **A Amazônia brasileira e o seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento**. Thesis, legal science, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVAL. Itajaí, SC: Doctorate in Legal Science, 377, 2019.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da

territorialidade. Brasília, DF: Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia, 322).

Lofland, J. 1974. Styles of reporting qualitative field research. **Am. Sociol.**, 101–111, 1974.

LOFLAND, J.; LOFLAND, L. H. Analyzing social settings: **A guide to qualitative observation and analysis**. 3rd. Belmont, Calif: Wadsworth, 1995.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? In. COSTA, D. G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MORÇÖL, G. **Complex governance networks foundational concepts and practical implications**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2023.

NUNAN, F. Livelihoods: concepts and frameworks. In. NUNAN, F.; BARNES, C. KRISHNAMURTHY, S. **The Routledge handbook on livelihoods in the global south**. Routledge, Taylor & Francis Group, New York, 2023

RIBEIRO, ALYSON FERNANDO ALVES. A regularização fundiária na Amazônia brasileira: quanto vale ou é por quilo? GeoGraphos [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de abril de 2021, vol. 12, nº 135 p. 72-95

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCOONES, I. Sustainable livelihoods and rural development. **Agrarian change & peasant studies**, Rugby: Practical Action Publishing, 2015.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF.

SILVA, E.; PEDROZO, E. A.; SLIVA, T. N. The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations. **Frontiers in Environmental Science**, v.10, p.1 - 17, 2023.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. PNAE (National School Feeding Program) and its Events of Expansive Learnings at Municipal Level. **World**, v.3, p.86 - 111, 2022.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

YIN, R. K. **Case study research and applications: Design methods**. 6th. London: Cosmos Corporation – SAGE, 2018.